

A large, stylized tree graphic in shades of green and yellow serves as the background. The tree's branches and leaves are composed of various icons related to sustainability and environmental science. These icons include a globe, a hand, a lightbulb, a water drop, a recycling symbol, a wind turbine, a target, a solar panel, and a bicycle. The overall aesthetic is clean and modern, with a focus on environmental themes.

CAPÍTULO 4

ARQUITETURA E

PAISAGEM LUSO-BRASILEIRA NO SUL

CATARINENSE: PATRIMÔNIO AMEAÇADO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pgt04>

Fabiano Teixeira dos Santos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Nos séculos XVII e XVIII, dá-se a introdução e adaptação dos modelos e soluções construtivas de origem portuguesa no território catarinense – regiões do Litoral e Planalto.

Ocorre assim a formação de uma cultura arquitetônica luso-brasileira em Santa Catarina ao longo do século XIX, a qual subsiste até os primeiros anos do século XX, consistindo em elemento fundamental na constituição da paisagem regional, nos meios rural e urbano.

Como em outros estados brasileiros, foi a partir do século XIX que ocorreu o gradual afastamento da condição colonial em Santa Catarina, inclusive no que diz respeito aos edifícios, adaptando-se os modelos arquitetônicos portugueses à nova realidade das diferentes regiões (Litoral e Planalto), em função de fatores como a disponibilidade de materiais e a viabilidade das técnicas construtivas, as imposições da geografia e do clima e o maior ou menor desenvolvimento econômico, dentre outros.

Foto 1 – Casa rural junto à praia do Siriú, Garopaba (c. 1850): exemplo de adaptação da tradição construtiva luso-brasileira em Santa Catarina



Foto: Acervo do autor, 2014.



Tornou-se possível, para além de permanências e semelhanças, as inovações e os regionalismos que acabaram, enfim, por caracterizar a construção da casa luso-brasileira do sul catarinense, tanto formal como tecnologicamente (especialmente, no contexto de maior isolamento das áreas rurais).

Na faixa litorânea, da qual faz parte o sul catarinense, a presença marcante dos colonizadores açorianos (chegados entre 1748 e 1756) e a formação de uma sociedade predominantemente rural, baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar, são aspectos de grande importância para a estruturação da sociedade, do território e sua paisagem (PIAZZA, 1993).

Como atividades econômicas, destacava-se a produção de farinha de mandioca, seguida da produção de açúcar, cachaça, café e banana, havendo ainda a utilização de áreas de pastagens (muitas vezes de uso comunal) para a criação de gado bovino, bem como a ocorrência da pesca artesanal nas localidades costeiras. Disso resultou o fato de que, em muitos casos, é indissociável a relação entre a habitação e as instalações de trabalho, sendo as eiras e os telhados de engenhos, ranchos de embarcações e galpões contíguos às residências, consistindo na sua extensão natural.

Atualmente, além do processo acelerado de ampliação e adensamento urbano, levando a uma gradual diminuição das áreas rurais, as antigas áreas de pastagens e plantio convencional vêm sendo substituídas pela rizicultura, que, por sua maior rentabilidade, já supera a lavoura de fumo, outrora bastante atrativa.

Essas transformações refletem na manutenção dos modos tradicionais de produção, diretamente associados/dependentes da paisagem singular, à qual, por sua vez, se associam as antigas construções. Essas, conseqüentemente, em situação de vulnerabilidade, acabam sendo abandonadas, descaracterizadas e demolidas, perdendo-se assim parte significativa do patrimônio cultural da região.



ARQUITETURA LUSO-BRASILEIRA NO SUL CATARINENSE

Diferentemente da arquitetura produzida nos períodos colonial e imperial em regiões como o Sudeste e o Nordeste brasileiros, onde a presença intensa de trabalhadores escravizados (sobretudo, nas entressafras da atividade produtiva) e uma maior disponibilidade de recursos financeiros e mão de obra qualificada permitiram a construção de residências suntuosas e sofisticadas, foram a simplicidade e a funcionalidade que acabaram por prevalecer nas praias, campos e vilarejos catarinenses.

Para o arquiteto e historiador Carlos Lemos, a construção colonial no Sul do Brasil, naturalmente abrangendo o estado catarinense, é assim definida, a partir de uma visão geral: “sempre foi muito simples, de pedra e cal, sem mostrar absolutamente nada de especial a não ser uma clara e nítida influência portuguesa, talvez algarvia nas obras populares” (LEMOS, 1978, p. 56).

De fato, essa arquitetura simples, na verdade dispersa por todo o Brasil, tem suas raízes na arquitetura tradicional portuguesa, que, embora seja rica em regionalismos, apresenta algo como uma unidade ou homogeneidade plástica que lhe confere identidade comum (MOUTINHO, 1979).

É uma característica definida, sobretudo, em função de uma forte expressão vernacular transmitida ao longo do tempo pelo conhecimento popular e pelo trabalho habilidoso dos mestres construtores, e que, até meados do século XIX, foi absorvida ou, de certa forma, aperfeiçoada pelo academicismo decorrente da larga atuação, em Portugal e nas colônias, de engenheiros militares e arquitetos, formados dentro das concepções arquitetônicas renascentistas e barrocas (CALDAS, 1999, p. 51).

Nas vilas e cidades da Colônia, a normatização imposta pelos códigos de posturas municipais (o qual, dentre as mais variadas obrigações à população, buscava reger a construção nos espaços urbanos) teve importante papel na afirmação das feições luso-brasileiras das edificações, consolidando o que há gerações já havia sido assimilado e desenvolvido



como arquitetura. Como exemplo, as casas rurais, que embora não seguissem nenhuma legislação para sua feitura, apresentavam praticamente as mesmas características presentes nas casas urbanas.

Além disso, essa legislação municipal, inspirada nas Ordenações Régias, servia como instrumento para impor uma expressão comum aos núcleos urbanos, aos moldes da Metrópole, o que permaneceu após a Independência e deu origem a uma identidade arquitetônica luso-brasileira, tanto no meio urbano como no rural (REIS FILHO, 1973, p. 24).

Observando as moradias oitocentistas do litoral catarinense, desde São Francisco do Sul, ao norte, passando pela Ilha de Santa Catarina e indo até Garopaba, Laguna, Imaruí, Tubarão, Jaguaruna, constatam-se repetitivamente as fachadas brancas e austeras, emolduradas por cunhais e cimalkas de pretensões clássicas, ou simplesmente arrematadas pelos beirais de telha (beira-seveira), de caráter indiscutivelmente popular. Destacam-se igualmente os volumes dos telhados de duas ou quatro águas – nos quais podem aparecer camarinhas e trapeiras – em que a curvatura elegante proporcionada pela presença de galbos evidencia a ancestralidade lusitana.

Em todas essas localidades, é possível encontrar as mesmas soluções formais e tecnológicas que remetem, sempre, à arquitetura tradicional de origem portuguesa. De qualquer forma, é preciso referir que a introdução da construção portuguesa em Santa Catarina não implicou tão somente nas permanências, mas também na adaptação ou mesmo no abandono de soluções usuais em Portugal e em outras áreas do Brasil, para a adoção de soluções inovadoras e genuínas, que acabaram se mostrando mais exequíveis e eficientes, face às necessidades locais e à disponibilidade (ou indisponibilidade) de certos materiais.

Foto 2 – Casa luso-brasileira construída na década de 1920, Pouso Alto, zona rural do município de Gravatal



Foto: Acervo do autor, 2014.

Como exemplo, cita-se o desaparecimento de varandas e alpendres (elementos comumente encontrados nas residências coloniais da maior parte das regiões brasileiras), e a integração/junção das cozinhas com o corpo principal da moradia, valorizando-se as áreas abrigadas e buscando maior proteção contra as intempéries. Isso em razão da existência de um regime de chuvas diferenciado, da incidência de ventos mais intensos e da ocorrência de temperaturas baixas, que tornam os invernos mais longos e rigorosos.

Ou ainda, na faixa litorânea, o aproveitamento dos sambaquis (sítios arqueológicos pré-históricos formados por imensos depósitos de conchas de moluscos) para a obtenção de cal, diante da inexistência de jazidas de calcário.

Questão igualmente relevante é o agenciamento interno da casa, que pouco diferia entre casas rurais e urbanas, dependendo das condições financeiras dos proprietários. O que as diferenciava, basicamente, era o tamanho, o número de cômodos e, portanto, a quantidade de janelas voltadas para a rua:



[...] as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. As repetições não ficavam porém somente nas fachadas. Pelo contrário, mostrando que os padrões oficiais apenas vinham completar uma tendência espontânea, as plantas, deixadas ao gosto dos proprietários, apresentavam sempre uma surpreendente monotonia (REIS FILHO, 1973, p. 24).

Nas áreas urbanizadas, tinham as fachadas alinhadas junto à via pública, quase sempre desprovidas de recuos laterais (casas geminadas), enquanto nas propriedades rurais era costumeiro fazer-se o acesso principal por uma porta lateral. Nos dois contextos, apresentavam extensos corredores que começavam na porta de entrada ou na sala de visitas, passando pelas alcovas (dormitórios desprovidos de janelas) e terminando junto às cozinhas e quintais, nos fundos dos lotes.

Há de se destacar ainda a dependência do trabalho familiar nas propriedades rurais, materializada na grande proximidade, ou mesmo na continuidade existente entre a moradia e as instalações de trabalho, sobretudo os engenhos de fabricação de farinha de mandioca. Enquanto eiras pavimentadas com pedras ou tijolos ficavam à frente das casas, usadas para a secagem de grãos, portas ligavam diretamente as cozinhas, nos fundos, aos engenhos. São soluções adotadas de forma a facilitar o cotidiano laborioso das famílias de agricultores descendentes de açorianos, como ainda é possível observar em casas rurais antigas encontradas em municípios como Jaguaruna, Imaruí e Imbituba.

Foto 3 – Casa com engenho de farinha, açúcar e alambique contíguo, construídos no início do século XIX, localidade de Morro do Mirim, município de Imbituba



Foto: Acervo do autor, 2014.

MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

A alvenaria autoportante foi certamente a técnica de construção mais empregada nas edificações luso-brasileiras, independente da sua tipologia, uso e localização. O emprego da pedra argamassada e rebocada com barro e cal foi a forma mais usual para dar forma à arquitetura, desde as imponentes fortificações e igrejas, erguidas por iniciativa das autoridades, até as casas de moradia mais humildes, no campo ou nas vilas.

Processo construtivo de larga tradição, consolidado em Portugal desde o período romano, a alvenaria autoportante foi introduzida em terras brasileiras já nos primeiros anos da colonização, desenvolvendo-se mediante a disponibilidade de pedras, e também a partir da instalação de olarias para a fabricação de tijolos, os quais inicialmente costumavam ser utilizados apenas para elementos de finalização das paredes, como a verga dos vãos, os peitoris das janelas e a projeção dos beirais em cimalha. Após o século XIX, gradualmente os tijolos substituíram as pedras na confecção de paredes, passando essas a se restringirem às estruturas de fundação.



Fotos 4 e 5 – Dois exemplares de arquitetura do século XIX encontrados no sul catarinense e que se empregou a alvenaria tradicional de pedra, barro e cal: Tubarão (E) e Garopaba



Foto: Acervo do autor, 2015.

À semelhança do que ocorrera em outras regiões do Brasil, a abundância de rochas no litoral, repleto de jazidas de granito, principalmente, garantiu a preservação dessa tecnologia tradicional, sendo muito importante a disponibilidade do material para a sua permanência.

O granito era explorado tanto a partir de rochas expostas sobre o solo como em pedreiras abertas nas bases dos morros. A pedra esteve sempre à mão, de forma a garantir que a tradição de se levantar paredes sólidas e resistentes, dentro de uma concepção de construção ideal (conceito aplicado principalmente às paredes externas), pudesse ser perpetuada. Disso resultou que a grande maioria das edificações remanescentes dos séculos XVIII e XIX em todo o estado de Santa Catarina, de uma maneira geral, tenha sido construída em alvenaria de pedra.

Para erguer as robustas paredes, algumas medindo um metro de espessura, eram confeccionadas caixas de madeira ao longo do perímetro projetado da casa, sobre estruturas de fundação rasas (também em pedra), dentro das quais se ia montando ou encaixando as pedras, gradualmente rejuntadas com argamassa à base de barro e cal.

Levantada a parede, desmontavam-se as caixas, procedendo-se ao acabamento da alvenaria, o que incluía o preenchimento de falhas

com pedras menores, tijolos ou pedaços de telha, a montagem das vergas das aberturas e peitoris das janelas, e aplicado o reboco (igualmente elaborado à base de barro e cal), tanto internamente como externamente.

Montavam-se então as estruturas em madeira do telhado e os barrotes sobre os quais seria instalado o assoalho, empregando-se principalmente a canela e a peroba, madeiras mais resistentes.

Por fim, colocavam-se as telhas cerâmicas do tipo capa-e-canal, também produzidas nas olarias da região, sendo instaladas as esquadrias, o assoalho de tábuas largas e o forro (também de tábuas) seguindo o padrão tradicional “saia-e-camisa”.

Foto 6 – Casa rural na localidade de Aratingaúba, município de Imaruí: alvenaria de tijolos sobre fundações de pedra e cobertura com telhas capa-e-canal, c. 1900



Fotos: Acervo do autor, 2014.

Conforme já referido, o emprego da alvenaria de tijolos esteve inicialmente restrito à estruturação das vergas dos vãos e aos peitoris das janelas, uma vez que apresentava facilidades em relação à pedra para a execução desses acabamentos. A julgar pelos exemplares arquitetônicos já identificados, percebe-se que a difusão da alvenaria de tijolos ocorreu somente no final do século XIX, quando então passou a ser empregada em toda a extensão das paredes, difundindo-se nessa época as olarias, ainda hoje marcantes na paisagem e na economia da região.



A cal é outro ingrediente fundamental para a construção em alvenaria, contudo não existem em Santa Catarina jazidas de calcário das quais se possa obter esse material. A solução encontrada pelos colonizadores foi recorrer aos inúmeros sítios arqueológicos encontrados por toda a costa, conhecidos como “sambaquis”, nome de origem tupi que significa “monte de conchas”.

Trata-se de estruturas pré-históricas erguidas ao longo de milhares de anos por povos que ocuparam a faixa litorânea, anteriormente à chegada dos europeus. Esses povos se alimentavam de diversas espécies de moluscos que formavam colônias gigantescas junto às praias, e, além de fornecerem o sustento dos indígenas, tinham suas conchas aproveitadas para a construção dos montes, utilizados como monumentos e cemitérios. Ao cabo de muitas gerações, sambaquis como o de Garopaba do Sul, em Jaguaruna, e o de Carniça, em Laguna, chegaram a superar os quarenta metros de altura e os quatrocentos metros de diâmetro, formados por uma quantidade incalculável de conchas.

Ao chegar a terras catarinenses, os povoadores não hesitaram em aproveitar as conchas dos sambaquis para a obtenção da matéria-prima necessária à construção, instalando junto aos sambaquis as caieiras, que trituravam e processavam as conchas até a obtenção da cal (BROOS, 2002, p. 106). Muitas localidades litorâneas ainda conservam a denominação “Caieira”, em referência às antigas fábricas de cal que aí existiram.

Até o recente reconhecimento dos sambaquis como patrimônio arqueológico sob proteção federal e a consequente proibição de sua exploração (década de 1960), foram a principal fonte fornecedora de cal utilizada na alvenaria e na pintura dos edifícios em Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma que a alvenaria autoportante, a construção luso-brasileira empregou as técnicas do pau a pique, também conhecido como taipa de mão, e a taipa de pilão. O pau a pique consiste na montagem de uma estrutura independente em madeira, com pilares enterrados



no chão (origem da expressão “pau a pique”), vedada com tramas de fibra vegetal amarrada ou pregada (lascas de taquara, palmeira ou sarrafos de madeira), por sua vez revestidas com barro aplicado manualmente (daí o fato de também ser denominada “taipa de mão”). Ao final, recebia uma fina camada de revestimento de cal, para efeito de acabamento e pintura, sendo vulgarmente denominado de estuque em Santa Catarina, e usualmente utilizado para levantar as paredes internas das residências.

Já a taipa de pilão consistia no apiloamento de barro dentro de caixas de madeira com a altura e espessura desejáveis para as paredes, eventualmente reforçando-se a construção internamente com varas de madeira (de forma a evitar deformações e rachaduras, após a secagem do barro), entaipando-se (levantando-se) a construção.

Assim como a alvenaria de pedra, barro e cal, a taipa e suas variantes também tiveram origem nas construções tradicionais portuguesas, sobretudo na região do Alentejo e nas áreas do norte, na divisa com a Espanha, não se podendo esquecer as possíveis contribuições africanas para o desenvolvimento e utilização desta técnica no Brasil (WEIMER, 2004, p. 41).

Ocorreu com frequência em Minas Gerais e em São Paulo, particularmente no Planalto de Piratininga, onde foi aperfeiçoada, sendo amplamente difundida durante o período colonial, em função da escassez de pedra e de outros recursos para a construção (LEMOS, 1979, p. 39).

No entanto, apesar da intensa relação mantida entre Santa Catarina e São Paulo até o século XIX, principalmente no planalto serrano, por conta do ciclo tropeiro e das trocas culturais que proporcionou entre o Sul e o centro do país, parecem ter sido raras as construções feitas com o emprego da taipa nas paredes externas, que, afinal, davam efetivamente forma à casa.

Também encontramos referência à construção de pau a pique na região litorânea, no trabalho de Hans Broos, que, na década de 1950, ainda encontrou de pé alguns raros exemplares nos municípios de Penha, Tubarão e Florianópolis (BROOS, 2002, p. 61; 109; 119).

Especificamente com relação à taipa de pilão, nenhum exemplar remanescente ou mesmo registrado pela bibliografia e documentos consultados foi identificado. É possível afirmar que o fato da durabilidade inferior em relação à alvenaria, aliado à abundância da pedra, tenha sido determinante para a escassez, desaparecimento ou substituição dessas construções, ao contrário do que defendera Carlos Lemos, que afirmava ter havido na arquitetura do período colonial, durante o ciclo tropeiro, trocas relevantes entre São Paulo e o sul, especialmente com relação ao uso da taipa (LEMOS, 1979, p. 58).

Foto 7 – Casa luso-brasileira localizada no centro de Jaguaruna, demolida em 2015



Foto: Acervo do autor, 2014.

Enfim, pode-se concluir que, de maneira geral, ocorreu a manutenção da alvenaria autoportante de pedra, barro e cal. Essa foi gradualmente complementada/substituída pela utilização de tijolos, da mesma forma como ocorrido em outras regiões brasileiras, mesmo que para isso tenha sido necessário obter a cal a partir de conchas extraídas de sítios arqueológicos, em face de ausência de jazidas de calcário.

Contudo, a mais segura conclusão é a de que esse acervo arquitetônico encontra-se seriamente ameaçado, diminuindo a cada dia, tanto



nas cidades como nas áreas rurais, conforme já referido. É urgente, portanto, para além de inventários e estudos, a sensibilização das comunidades e a adoção de medidas efetivas de salvaguarda por parte do poder público (prefeituras, órgãos de preservação patrimonial, Ministério Público, etc.), visando proteger esses derradeiros bens que representam parte significativa da paisagem e do patrimônio cultural do sul catarinense.

REFERÊNCIAS

BROOS, Hans. **Construções antigas de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2002.

CALDAS, João Vieira. **A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII**. Porto: FAUP Publicações, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1979.

MOUTINHO, Mário. **A arquitectura Popular Portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1979.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1993.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos Santos. **A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos campos de Lages, séculos XVIII e XIX**. Lages: Super Nova, 2015.



_____. “Fazenda serrana: arquitetura pastoril nos Campos de Lages e Cima da Serra, séculos 18 e 19”. In: MAESTRI, Mário (Org.). In: **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 147-180.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: IOESC, 1981.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.